

## Os Donos do Rio<sup>1</sup>

(\*) Adriano Belisário  
(\*\*) João Roberto Lopes Pinto  
(\*\*\*) Rafael Rezende

Em meio às dezenas de obras e mega-empreendimentos, o Rio de Janeiro é objeto de um jogo de cartas marcadas, onde quem ganha – e muito – são algumas empresas e políticos. E quem perde é a população. O poder econômico além de dar as cartas virou o dono do baralho, ditando as regras do jogo, onde a banca é garantida pelo dinheiro público.

A primeira constatação é que o jogo está sendo jogado por muito poucos e grandes jogadores. Destacam-se aí as empreiteiras, ou as “quatro irmãs”: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa. Se tomarmos 20 dos maiores empreendimentos no Rio, em sua grande maioria no setor de mobilidade urbana, verificamos que essas empresas estão em todos, atuando, na maioria dos casos, de modo consorciado.

Outros grupos empresariais também são beneficiados com esta política: o Grupo X, do empresário Ike Batista, hoje em desgraça financeira; Organizações Globo; outras empreiteiras do ramo imobiliário como a Queiroz Galvão; Brookfield; Cyrela; Rossi; Carvalho Hosken; João Fortes; Carioca Nielsen; Delta. Mas, de fato, salta aos olhos a presença das “quatro irmãs”. Na tabela, podemos ver a presença direta ou indireta destas empresas. O controle da empreiteira sobre o empreendimento foi indicado pela letra **C** e a realização da obras do projeto em questão, pela letra **O** – os dados se referem à situação a partir dos anos 90.

<b>Empreendimentos</b>	<b>Odebrecht</b>	<b>OAS</b>	<b>Camargo Correa</b>	<b>Andrade Gutierrez</b>
<b>Mobilidade urbana</b>				
Linha Amarela		C/O		
Metrô Rio	O	C/O	O	
Nova Dutra			C	C
Via Lagos			C	C
Ponte Rio-Niterói			C	C
Barcas S/A (navegação fluvial)			C	C
VLT no Centro do Rio	O	O	O	O
SuperVia (linha férrea)	C			
Arco Metropolitano	O	O	O	O
Transolímpica	C/O	C/O	C/O	C/O
Transcarioca		O		O
Rio-Teresópolis		C		
Demolição da Perimetral/Abertura da Via Binário	O	O		
<b>Estádios e aparelhos esportivos</b>				
Estádio Maracanã	C/O			O
Vila Olímpica	C/O			C/O

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi publicada na Segunda Edição do Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Porto Maravilha	C/O	C/O		
Estádio Engenhão	O	O		
<b>Obras em favelas</b>				
PAC Manguinhos				O
PAC Complexo do Alemão	O			
Teleférico do Complexo do Alemão	C/O	O		

Fonte: [www.prrietariosdobrasil.org.br/wiki](http://www.prrietariosdobrasil.org.br/wiki)

Além desta presença ostensiva que sugere um revezamento, uma espécie de rodízio entre elas na realização de obras e/ou controle de empreendimentos pela cidade, chama também a atenção o fato de que elas estão juntas em obras viárias como o Arco Metropolitano e a Transolímpica. Neste caso, trata-se do Consórcio Rio Olímpico, formado pelas empresas Odebrecht, Invepar (OAS) – controladora também do Metro Rio – e CCR (Andrade Gutierrez e Camargo Correa), que controla ainda a Via Dutra, Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Barcas SA. As “quatro irmãs” estão igualmente presentes no Consórcio VLT Carioca, responsável pela obra do VLT no Centro do Rio. Neste caso, tratou-se de uma licitação sem concorrentes, em que às quatro empreiteiras se juntou a Riopar Participações, *holding* controladora das quatro empresas que controlam o transporte público na cidade. Já no caso da Transcarioca há uma partilha das obras entre elas, com o trecho Barra à Penha, ficando a cargo da Andrade Gutierrez e o trecho da Penha ao Aeroporto Internacional, sob a responsabilidade da OAS.

Embora atuem claramente de modo consorciado e combinado, elas também se apresentam por vezes como concorrentes em licitações públicas. Atuando em conjunto no Consórcio Porto Novo, responsável pelas obras e serviços na zona portuária do Rio, OAS e Odebrecht disputaram, recentemente, a concessão para administrar o Estádio do Maracanã – reformado, a um custo bilionário, pela mesma Odebrecht em aliança com a Andrade Gutierrez. A licitação ganha pela Odebrecht e IMX está sendo questionada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Rio. São dois principais questionamentos. Um é que a IMX, uma das concorrentes e vitoriosas na licitação, foi a responsável pelo estudo de viabilidade do projeto e, portanto, teve acesso privilegiado a informações, que não foram disponibilizados para os demais interessados na licitação. Outro questionamento é que não caberia ao Governo do Estado, no ato da concessão, autorizar a exploração comercial do entorno do Maracanã, já que as receitas provenientes apenas da gestão do estádio já garantiriam a viabilidade financeira do projeto. Como a autorização foi dada, caberia ao Governo, argumenta o MP, elevar o valor da outorga dos atuais R\$ 5 milhões para algo próximo a R\$ 30 milhões/ano.

O jornal Folha de São Paulo, em matéria de 18.03.2010, intitulada “Licitação do PAC no RJ tem sinal de acerto entre rivais”, aponta indícios fortes de irregularidades na licitação das obras do PAC nas favelas do Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha, envolvendo as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, ganhadoras das licitações em cada uma destas comunidades, respectivamente. Ficou comprovado que um documento feito a pedido da Odebrecht para habilitar-se à licitação do PAC no Complexo do Alemão foi o mesmo utilizado pelas outras duas empreiteiras nas licitações para Manguinhos e Rocinha.

O domínio do jogo pelas “quatro irmãs” é de tal forma patente e evidente que levanta suspeição sobre possível formação de cartel, tipificado como infração administrativa sujeita a multas e como crime sujeito a prisão conforme o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Segundo a “Cartilha: combate a cartéis em licitações” da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, “*cartel é um acordo explícito ou implícito entre concorrentes para, principalmente, fixação de preços ou quotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação. Cartéis são considerados a mais grave lesão à concorrência porque prejudicam seriamente os consumidores ao aumentar preços e restringir a oferta, tornando os bens e serviços mais caros ou indisponíveis*”. A mesma cartilha aponta como indícios de cartel visando a fraudar licitações se “*existe um padrão claro de rodízio entre os vencedores das licitações*” ou “*licitantes que teriam condições de participar isoladamente do certame apresentam propostas em consórcio*”. No caso do

Rio de Janeiro, é notória, como demonstrado, a presença destes indícios nas licitações de grandes obras.

Outro indício deste domínio sobre o mercado são os abusos cometidos pelas empresas vencedoras das licitações, que realizam invariavelmente revisões nos orçamentos das obras, elevando seus preços muito acima do valor licitado. O caso novamente da reforma do Maracanã é emblemático, que teve seu orçamento duplicado ao longo da obra. Cabe ao Ministério Público e aos órgãos de defesa da concorrência verificar a existência de cartel nos mega-empresendimentos no Rio, a exemplo do processo que levou à recente condenação de empreiteiras na África do Sul por formação de cartel e fraude em licitações de obras relativas à última Copa do Mundo.

Resta, ainda, indagar quem banca esta jogatina? A resposta já se sabe: a banca pública, seja por meio de recursos orçamentários, isenções fiscais, seja pelo financiamento generoso e volumoso dos bancos públicos, notadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Será que está bem entendido? O dinheiro público alimenta uma concentração de poder econômico que, por sua vez, se alimenta de mais dinheiro público. Cabe enfim perguntar, qual seria o interesse da banca pública em alimentar esta jogatina?

Nos últimos dez anos, somente as “quatro irmãs” despejaram meio bilhão de reais nas campanhas eleitorais. Estudo recente sobre as contribuições para a campanha de candidatos a Câmara dos Deputados em 2006 e seu retorno em contratos de obras públicas, constata que para cada real doado, a empreiteira recebeu em média 6,5 vezes o valor na forma de contratos de obras públicas<sup>2</sup>. A considerar pelas cifras multibilionárias dos 20 empreendimentos aqui listados, a taxa de retorno para as empreiteiras no caso do Rio de Janeiro é certamente muito mais expressiva.

Do ponto de vista político-institucional, o PMDB aparece como o principal responsável pela gestão da cidade e do estado do Rio de Janeiro, através dos mandatos do Sérgio Cabral/Pezão e Eduardo Paes. À título de exemplo, Sergio Cabral e sua coligação foram amplamente financiados nas últimas eleições por empresas que se beneficiaram com sua gestão de preparação da cidade para a Copa e Olimpíadas. Somente Eike Batista "doou" R\$ 750 mil diretamente para Sérgio Cabral. A Carioca Nielsen gastou R\$ 4 milhões. A Carvalho Hosken gastou R\$ 1 milhão e 500 mil. A Odebrecht entrou com 200 mil. A OAS, R\$ 1 milhão e 775 mil. Ao todo foram mais de R\$ 10 milhões que estas empresas repassaram para partidos da base aliada de Cabral.

Além do uso e abuso do dinheiro público, estes grandes empreendimentos têm sido responsáveis por graves violações de direitos da população, com remoções arbitrárias, especulação imobiliária, elevação de tarifas de transporte e serviços, etc. As manifestações pelo país e, em especial no Rio, parecem indicar que a população não quer mais assistir a este jogo sentada na arquibancada e que está disposta a entrar na partida e, oxalá, a mudar as regras do jogo em favor das maiorias.

(\*) Jornalista e colaborador do Instituto Mais Democracia

(\*\*) Cientista político, coordenador do Instituto Mais Democracia e professor da Escola de Ciência Política da UNIRIO

(\*\*\*) Mestrando em sociologia do IESP e colaborador do Instituto Mais Democracia

---

<sup>2</sup> Os pesquisadores analisaram as doações de campanha para candidatos do PT à Câmara dos Deputados em 2006. BOAS, Taylor; HIDALGO, F. Daniel; RICHARDSON, Neal. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. Califórnia, 2011.